

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ISADORA DA SILVA BINOT

**FEMINISMO (S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: ESTUDO DE
CASO A PARTIR DA *HASHTAG* #MEUAMIGOSECRETO**

PORTO ALEGRE,

2017

ISADORA DA SILVA BINOT

**FEMINISMO (S), RECONHECIMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: ESTUDO DE
CASO A PARTIR DA *HASHTAG* #MEUAMIGOSECRETO**

Monografia submetida ao departamento de Sociologia para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Enio Passiani.

PORTO ALEGRE,

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A banca examinadora resolveu atribuir o conceito à aluna Isadora da Silva Binot na atividade de ensino Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia, pela apresentação deste trabalho.

Prof.^o Dr.^o. Enio Passiani

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Mônica Pieniz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Rochele Fellini Fachinetto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Lúcia e Edmar, pelo incentivo e suporte ao manterem e proporcionarem as melhores condições para que eu e meu irmão Gabriel pudéssemos estudar.

Ao meu orientador e professor Enio Passiani, pela gentileza e atenção ao ajudar a guiar este trabalho.

Aos professores e professoras pelas inspirações e ensinamentos destes quatro anos de graduação.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a disseminação de uma manifestação em formato de denúncia veiculado no *Sítio* de Rede Social Facebook por meio de publicações de usuários da rede, assim como de páginas de conteúdo informativo. O estudo foi realizado a partir da articulação das perspectivas teóricas que se debruçam sobre o tema da esfera pública, mídias digitais e reconhecimento. Nesta pesquisa, o compartilhamento de uma ação de conteúdo feminista será objeto de análise assim como sua articulação com mídias massivas. Assim, o objetivo é examinar na rede social Facebook a propagação de um discurso com caráter de denúncia por meio da *hashtag*

#MeuAmigoSecreto e como foi construído, compartilhado e disseminado.

Palavras-chave: Visibilidade; Manifestações; Redes Sociais; Facebook; Mulheres.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Proporção de Usuários de Internet por Atividades Realizadas na Internet (2015) por Classe Social.....18

GRÁFICO 2 - Proporção de Usuários de Internet por Atividades Realizadas na Internet (2015) por Sexo.....24

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Exemplo de Página Feminista no Facebook.....	25
FIGURA 2 - Exemplo de imagens capturadas após a pesquisa da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook.....	30
FIGURA 3 - Exemplo de imagens capturadas após a pesquisa da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook.....	32
FIGURA 4 - Exemplo de imagens capturadas após a pesquisa da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook.....	34
FIGURA 5 - Exemplo de imagem capturada após a pesquisa da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook.....	35
FIGURA 6 – Exemplo de Publicação da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto em Página Feminista.....	36
FIGURA 7 – Exemplo de Publicação da <i>hashtag</i> #MeuAmigoSecreto em Página Feminista.....	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MAPEAMENTO DO CAMPO TEÓRICO.....	13
2.1 Perspectivas em conflito.....	16
2.2 O tema do reconhecimento.....	20
2.2.1 Gênero e Reconhecimento.....	20
2.3 Gênero, Reconhecimento e Redes Sociais.....	23
3. ANÁLISE DA <i>HASHTAG</i> #MEUAMIGOSECRETO: REPERCUSSÃO NO FACEBOOK.....	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

A construção de discursos viabilizados pelas redes sociais propõe, em tese, o crescimento de discussões acerca de temas restritos ou até mesmo abafados por setores privados e públicos da sociedade, como a problematização de questões sobre gênero, por exemplo. Dessa maneira, pensando tratar as redes sociais como algo que vêm atingindo ampla notoriedade nas últimas décadas, identifico, assim como apontou Castells (1999), as redes sociais como um “novo sistema de comunicação capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais” (CASTELLS, 1999, p.461).

Em contrapartida, também faz-se importante complementar que o espaço midiático também é composto por elementos que traduzem e refletem desigualdades, desmitificando a ideia de plena descentralização que o espaço virtual pode sugerir. Embora não seja este o foco desta pesquisa, é relevante salientar, como indica Gomes:

E se na internet de fato floresce um espaço de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio que, aliás, tem-lhes sido mais seguro e próspero do que o mundo off-line” (GOMES; MAIA, 2008, p. 323).

Nos últimos anos muitas foram as formas de ativismo político e ideológico que as mídias digitais apresentaram no Brasil. Entre elas, discussões a respeito de problemas enfrentados pelas mulheres parecem ter crescido nas redes sociais. A repercussão expressiva do tema por parte dos que defendem a ideia de empoderamento feminino chamam minha atenção. Os *sites* de Redes Sociais (SRSs), tais como Facebook, Twitter e Instagram, apresentam-se como importantes plataformas de compartilhamento de opiniões pessoais e coletivas. Por meio de páginas do Facebook, por exemplo, voltadas ao tema do feminismo, muitos conteúdos foram problematizados, entre eles, questões como a contestação de práticas machistas cotidianas, a institucionalização de mecanismos reprodutores da desigualdade entre

gêneros, incluindo também a referência de casos mais explícitos, como a violência física contra as mulheres e seus números alarmantes no país.

As informações produzidas no ambiente virtual – em especial nas redes sociais – costumam ser menos aprofundadas devido à ampla variedade e agilidade com que as informações são disseminadas. Assim, conteúdos em formato de imagens e vídeos costumam chamar mais atenção que textos longos. “No ambiente da rede, não é incomum que o público fique inundado por palavras sem edição, filtros ou outros dispositivos que facilitem apreensão” (GOMES; MAIA, 2008, p. 288). Nesse sentido, a criação de conteúdos autodenominados feministas nos SRSs surge como importante plataforma de propagação do assunto, no sentido de que se estabelecem como local em que muitas pessoas têm o primeiro contato com o tema. Ao mesmo tempo, os que já tiveram outros contatos com o assunto podem assim passar a analisá-los por meio de novas perspectivas. Não se trata, portanto, de defender a difusão de conteúdos superficiais, mas de entender o meio virtual também como plataforma de contestação e visibilidade à medida que oferece a disseminação de muitos conteúdos. Rousiley C. M. Maia (GOMES; MAIA, 2008) entende que a contestação diária, cotidiana, é pré-pública e que contestar padrões culturais de injustiça pressupõe que os indivíduos cultivem uma consciência crítica. A autora argumenta que esta é uma empreitada coletiva que envolve uma rede de relações ativa, em que os cidadãos podem desenvolver uma perspectiva autocrítica e reflexiva, traduzindo suas experiências do particular para o geral (GOMES; MAIA, 2008): “É isso que permite uma definição compartilhada do problema e, assim, uma contestação pública de sofrimentos ou danos comuns” (GOMES; MAIA, 2008, p. 187).

Muitas dessas construções, devido à ampla repercussão que geraram e continuam gerando, servem de conteúdo para pautar notícias de páginas no Facebook vinculadas à mídia de massa. Considero esse ponto importante no sentido de que os meios de comunicação de massa ainda são os principais fornecedores de informação. No entanto, Wilson Gomes argumenta que teríamos chegado no momento de pelo menos desafiar a tese de que os meios de massa se tornaram intrinsecamente antidemocráticos (GOMES; MAIA, 2008).

Conforme identificou Recuero: “a grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais (...)” (RECUERO, 2014, p. 102). Essa visibilidade a qual a autora se refere torna-se importante para proporcionar contestação, ainda que virtual, e viabilizar muitas formas de fazer denúncia de temas abafados ou tratados como problemas particulares quando, na verdade, expressam a constituição de um problema também social.

As mulheres nesses contextos tornam-se agentes de muitas denúncias ao terem não só espaço de discussão por meio dessas páginas, mas de terem a oportunidade de compartilhar e problematizar o conteúdo reproduzido pelas mesmas. Considerando que as mídias sociais representam novas ferramentas de atuação, identifica-se que saber se comunicar online ganhou status de ferramenta principal para articular as ações coletivas (GOHN, 2014). Neste cenário, estariam as mulheres sendo porta vozes de suas insatisfações e críticas ao sistema justamente pela insuficiente representatividade pública e política que se tem delas?

O ator coletivo “mulheres” nesta pesquisa é formado principalmente por mulheres jovens e estudantes. Estas, ao trazerem questões muitas vezes entendidas e aceitas como “privadas”, mesmo que não voltadas a uma mobilização específica ou fora do ambiente virtual, permitem que a manifestação de discursos promova um melhor entendimento de demandas deste grupo, sejam elas coletivas, individuais ou institucionais: “Quando há um potencial crítico disponível, grupos subordinados frequentemente reúnem fragmentos de discursos hegemônicos e produzem contra-narrativas que são elaborados em seus próprios termos e nos espaços que lhe são próprios” (GOMES; MAIA, 2008, p. 210).

Neste sentido, o fio condutor desta pesquisa é a conexão do feminismo com formas ativismo nas redes midiáticas sendo o objeto de análise a repercussão da *hashtag* #MeuAmigoSecreto. No campo de busca da rede social *Facebook* digitei *hashtag* #MeuAmigoSecreto, a partir dos resultados da busca foram capturadas postagens em páginas produtoras de conteúdo feminista, de usuários da rede e de páginas de veículos de notícias. Alguns trechos e imagens foram utilizados em detrimento de outros a fim de exemplificar as principais

formas de disseminação da ação. De modo que este tipo de pesquisa prevê uma ampla gama de informações e perspectivas, também é possível indicar a multiplicidade de frentes a partir das quais o tema pode ser explorado. O objetivo é verificar a relação das redes sociais com o processo de disseminação e visibilidade de questões sobre gênero e feminismo. Se pretende, também, identificar por meio do ator coletivo formado pelas mulheres a possibilidade de crescente reconhecimento entre as mesmas e outros setores da sociedade no que se refere à noção de respeito, busca por direitos e igualdade. Pretende-se assim, viabilizar a construção de informações subjetivas e pertinentes com o auxílio da análise de discurso. Ainda, o levantamento de dados quantitativos no que se refere ao uso e ao acesso à internet e redes sociais também ajudará a fundamentar a pesquisa.

2. MAPEAMENTO DO CAMPO TEÓRICO

A imprensa e as formas de propagação de notícia passaram por significativas mudanças ao longo de sua história. Inicialmente organizada em formato de pequenas empresas artesanais em que o interesse do editor era puramente comercial, a atividade da imprensa limitava-se à circulação de notícias. Posteriormente, os jornais passaram a ser porta-vozes da luta política partidária, tornando-se, assim, os principais condutores da opinião pública (HABERMAS, 1984). No decorrer desses processos, a imprensa tradicional adquire outro formato comercial, muito semelhante ao que observamos hoje nos grandes veículos de comunicação:

Se, no começo, dentro de uma imprensa diária motivada em primeiro lugar politicamente, a reorganização de certas empresas sobre uma base exclusivamente comercial podia representar tão somente uma simples possibilidade de investimento capaz de gerar lucros, em breve isto se tornou uma necessidade para todos os editores (HABERMAS, 1984, p. 217).

Habermas (1984) nos indica que na segunda metade do século XIX os grandes jornais já estavam atingidos pela manipulação da imprensa à medida que ela se comercializava. A descrição feita pelo autor torna-se atual quando identificamos a atuação dos grandes veículos de comunicação no país. Os meios de comunicação de massa encontram-se representados principalmente por instituições privadas, colaborando, assim, para que as atividades jornalísticas sejam voltadas aos interesses econômicos e também políticos com as quais se relaciona. Dessa maneira, muitos conteúdos produzidos pelas grandes mídias filtram e direcionam as informações de acordo com seus interesses, não contemplando percepções diferentes daquelas que costuma reproduzir. Ou ainda, como indica Bourdieu (1997), os conteúdos adquirem significados que não correspondem à realidade.

No entanto, também é identificado por Habermas (1984) que no contexto da motivação essencialmente política da imprensa a autonomia do redator também era diminuída. A imprensa ligada a organizações políticas também esteve presente na primeira metade do século XX em países como França e Inglaterra, assim como na Alemanha dos anos 60: “O redator, ao invés de estar subordinado ao diretor editorial, é subordinado a uma comissão supervisora –

tanto num caso quanto no outro ele é um empregado preso a certas diretrizes” (HABERMAS, 1984, p. 219).

No contexto das redes sociais, muitos discursos disseminados em formato de denúncia não estão associados a interesses econômicos ou político/partidários, pelo menos não diretamente. No entanto, não significa dizer que esses conteúdos estejam livres de participar de atividades lucrativas ou políticas, mas, nesse espaço, a associação de indivíduos é estabelecida principalmente por uma multiplicidade de atores (CASTELLS, 2012) sem que esses estejam ligados diretamente a alguma instituição. Também, assim, a própria mídia convencional pode incorporar elementos produzidos nos ambientes virtuais, como veremos neste trabalho. Não raro, a divulgação de temas disseminados no espaço virtual chama atenção quando representados por esses veículos, já que existe interesse pelo que é excepcional (BOURDIEU, 1997) devido a pressões econômicas, assim como pela obsessão dos níveis de audiência. Assim, na busca pelo “furo” de reportagem, os meios massivos de comunicação fornecem informações despolitizadas e superficiais:

Se a televisão privilegia certo número de *fast-thinkers* que propõem *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) (...) há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer (...). Há também o fato de que, para ser capaz de “pensar” em condições em que ninguém pensa mais, é preciso ser pensador de um tipo particular (BOURDIEU, 1997, p. 41).

Ao contrário de Habermas e Bourdieu, Manuel Castells nos traz uma perspectiva mais otimista ao falar da ação comunicativa na internet. O autor entende que o espaço da rede produz e é produto da horizontalidade. Assim, ele argumenta que as redes favorecem a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduzem a necessidade de liderança formal (CASTELLS, 2012). Castells (1999) indica que pela própria diversificação da rede e da diversidade de interesses e valores dos atores sociais é que a rede pode representar a expressão de conflitos sociais de modo que a mesma permite discussões mais desinibidas. Por meio desta perspectiva, as redes sociais viabilizam o reconhecimento entre os atores da rede a partir da própria visibilidade que geram entre si. Neste sentido, a falta de reconhecimento, seja

por meio de violação, privação ou exclusão, pode deflagrar lutas sociais; assim, a experiência de desrespeito pode representar a base motivacional na qual está ancorada a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Maria da Gloria Gohn nos apresenta algumas trajetórias e processos dos movimentos sociais apontando para a constante presença de jovens na construção da identidade desses movimentos. A autora, assim como Castells, acredita que os movimentos podem gerar significados positivos em termos de processos de mudanças sociais (GOHN, 2014). Gohn (2014) nos traz a referência da década de 60, especificamente o ano de 1968 para destacar a grande revolução cultural e comportamental do período, já que os movimentos sociais carregavam os jovens como porta-vozes de novas identidades políticas e culturais ao pautarem novos temas, como as questões de gênero, por exemplo.

Passadas décadas do período elucidado pela autora, alguns temas semelhantes parecem ter ganhado ampla repercussão nos últimos anos no Brasil. Por meio dos novos meios de comunicação, as mulheres ganharam visibilidade nas redes sociais. Gohn (2014) argumenta que hoje as mídias sociais surgem como novas ferramentas de atuação, assim, podemos utilizar o exemplo de postagens e compartilhamentos certa autonomia ao reproduzirem conteúdos e sendo porta-vozes de suas insatisfações e críticas à sociedade. A autora também identifica que estruturas político-partidárias têm pouca visibilidade nessas manifestações, ainda que possam estar presentes. A maioria é composta por jovens, usualmente estudantes, de camadas médias.

Autores como Castells e Gohn desdobram suas narrativas fazendo seguidas referências às manifestações que, além de terem ganhado repercussão nas redes sociais, ganharam também as ruas. Ao nos depararmos com discussões próprias da rede e que nem sempre tornam-se movimentos sociais físicos ou pontuais, o conceito de visibilidade midiática surge como importante característica das manifestações em rede.

Rousiley Maia (GOMES; MAIA, 2008) indica que a produção midiática, por ser enviada a um público difuso, gera uma produção diversificada, assim, o conhecimento comum no espaço midiático de visibilidade proporciona a criação de um ambiente informativo que pode passar a alimentar diferentes

discussões. Maia (GOMES; MAIA, 2008) ainda argumenta que a comunicação nesses espaços convoca as pessoas a se posicionar diante das matérias publicizadas, ainda que isso nem sempre aconteça, já que nem todos os usuários da rede participam ativamente de discussões de cunho político, social ou cultural. Ainda, a autora nos indica que o jogo político continua a ser restrito àqueles que já dispõem de recursos para se fazer ouvir na esfera pública ou interferir nas instâncias formais de discussão política: “A falta de recursos culturais e de oportunidades torna mais difícil, para aqueles que sofrem desvantagens, apresentarem publicamente suas razões de maneira convincente” (GOMES; MAIA, 2008, p. 183).

O reconhecimento das mulheres, enquanto sujeito de direitos, ainda que em diferentes recortes, se faz necessário. A sociedade midiaticizada (HJARVARD, 2014) pode demonstrar parte desses recortes, pois cria novas possibilidades de expressão para romper com invisibilidade (GOMES; MAIA, 2008).

Hoje, experimentamos *mediatização intensificada* da cultura e da sociedade que não está limitada ao domínio da formação da opinião pública, mas que atravessa quase *toda instituição social e cultural*, como a família, o trabalho, a política e a religião. As mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados, e deveríamos considerar essa *revolução* significativa também. Devido ao próprio processo de mediatização, uma teoria da influência da mídia em mudanças estruturais na cultura e na sociedade não pode estar restrita somente às esferas públicas e políticas (HJARVARD, 2014, p. 23-24).

Neste sentido, a discussão sobre questões como gênero, discriminação e direitos, envolve questões políticas e culturais ao mesmo tempo que envolvem perspectivas de experiências pessoais. No espaço das redes sociais, ainda, podem surgir maior expressão destas questões que, como indica Hjarvard (2014), há mistura de contextos privados e públicos. Do mesmo modo, é preciso, então, repensar a noção de “esfera pública” de Habermas: “Não é de se surpreender, portanto, que a mudança estrutural da esfera pública esteja profundamente vinculada à mudança do papel da imprensa, e da comunicação em geral, em face desta esfera” (GOMES, 1998, p.164).

2.1 Perspectivas em conflito

Wilson Gomes (GOMES; MAIA, 2008), semelhante ao que argumenta Castells (1999), identifica que a internet pode ajudar a resolver o *déficit* democrático por meio de perspectivas como a superação de limites de tempo e espaço, a questão da comodidade e a quantidade de informações fornecidas na rede (GOMES; MAIA, 2008). No entanto, o autor também aponta para as perspectivas desenvolvidas sobre as restrições próprias da internet no que diz respeito às democracias modernas. O questionamento sobre a qualidade das informações divulgadas em rede é crescente; essas perspectivas reconhecem as amplas possibilidades que a internet permite em termos quantitativos, no entanto, sugerem que existem problemas a partir deste mesmo volume de informações (GOMES; MAIA, 2008). O usuário da rede muitas vezes compartilha informações sem saber a veracidade ou a procedência dos conteúdos, gerando, assim, ampla circulação de mensagens pouco fundamentadas.

Gomes (GOMES; MAIA, 2008) indica que grande parte das informações políticas são provenientes de fontes privadas, ao mesmo tempo em que o Estado é também regulador dessas informações. Assim, a informação produzida por instituições da sociedade civil, considerada qualificada, por ser composta de dados e análises de fatos e circunstâncias é restrita ao seu próprio interesse (GOMES; MAIA, 2008). Desse modo, podemos entender que o sistema político continua fechado e que um meio de comunicação, neste caso a rede, por si só não modifica a cultura política de uma sociedade.

A comunicação on-line com o público é ainda majoritariamente a produção de materiais destinados a induzir, unidirecionalmente, opinião pública favorável ou, no melhor dos casos, a prestação de informações básicas sobre o funcionamento do Estado (GOMES; MAIA, 2008, p. 315).

A questão da desigualdade de acesso à rede é também tema de discussão: enquanto autores como Castells e Gohn fazem seguidas referências à perspectiva de inclusão nas redes (CASTELLS, 1999; GOHN, 2014), Wilson Gomes nos lembra que nenhuma sociedade distribuiu de maneira igualitária as oportunidades de acesso digital. Inclusive, em sociedades mais desiguais, a

falta de oportunidades digitais se institui como uma nova forma de injustiça social (GOMES; MAIA, 2008).

A proporção de domicílios com acesso à internet por presença de *wifi* no Brasil¹, em regiões como Sudeste e Sul, possuem, respectivamente, 83% e 81% de acesso. Na região Centro-Oeste, 76%; e Nordeste, 73%. Já na região Norte do país a proporção é de 56%, o que significa 43% dos domicílios sem acesso à internet com *wifi*, uma diferença alarmante se comparadas às demais regiões. Os principais motivos para as pessoas não terem acesso à internet se estabelecem por uma questão econômica; por acharem caro o acesso à rede assim como pela falta de computador no domicílio², identificando, pois, uma importante questão social da realidade brasileira.

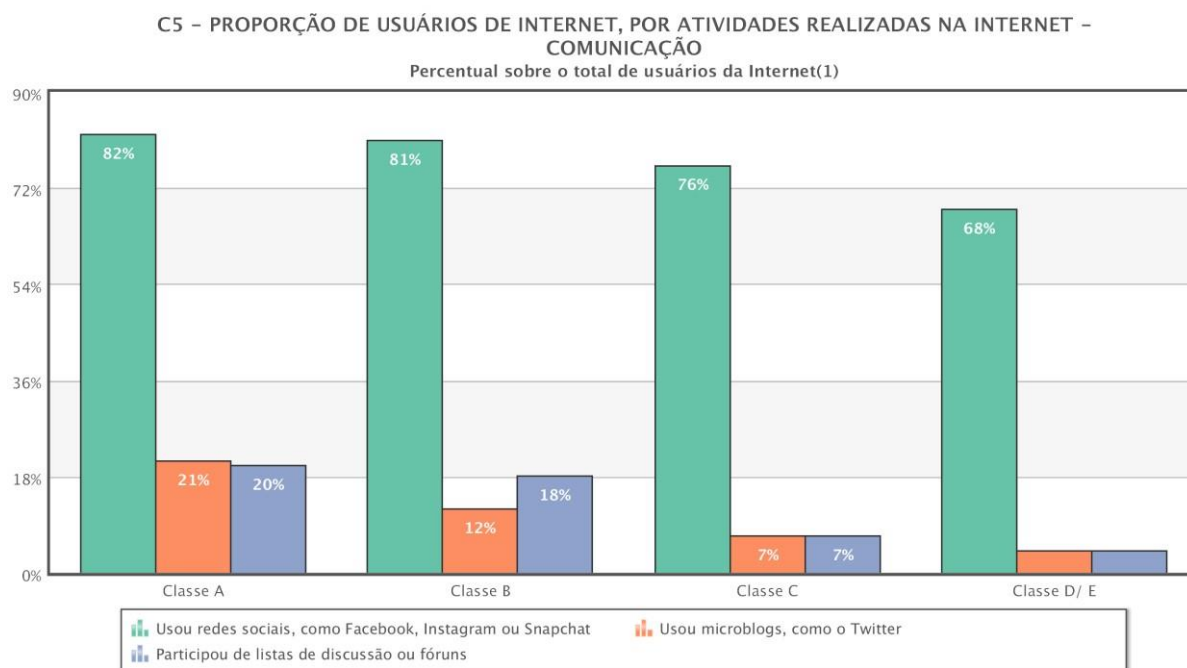
É importante ressaltar que a própria pesquisa desenvolvida neste trabalho faz um recorte: o perfil de participantes envolvidos em certas discussões é composto por uma maioria de jovens de camadas médias, conforme também identificou Gohn (2014) e aprofunda Wilson Gomes:

Em toda parte, há evidências de que o fosso que separa os ricos dos pobres em oportunidades de acesso à internet vem diminuindo, numa velocidade maior nos países altamente industrializados e com maior dificuldade nos outros países. De toda sorte, essa evolução tenderá a estabilizar-se nos limites das classes sociais, isto é, conduzirá, no máximo, à situação em que integrantes das classes altas e médias tenham um acesso homogêneo ao mundo digital, a prescindir de diferenças de sexo, status e idade, por exemplo. No extremo, integrará, por meio de serviço público, os membros das classes baixas que possuem capital cultural semelhante àquele das classes superiores (GOMES; MAIA, 2008, p. 317).

¹ Disponível em: <<http://cetic.br/tics/usuarios/2015/total-brasil/A12/>> Acesso em 18 de Novembro de 2016.

² Disponível em: < <http://cetic.br/tics/usuarios/2015/total-brasil/A10/> >. Acesso em 18 de Novembro de 2016.

GRÁFICO 1



Fonte: TIC Domicílios de 2015. Elaboração da Autora.

Segundo dados da *TIC domicílios e usuários de 2015*³, sobre a proporção de usuários na internet em relação às atividades de comunicação no Brasil, o percentual do uso de redes sociais como Facebook, Instagram, Snapchat pelas mulheres representa 79%, e 74% de homens. Os jovens entre 16 e 24 anos representam 88% desses usuários, em seguida, a faixa etária dos 25 aos 34 anos apresenta percentual de 81%. Dos 35 aos 44 anos esse percentual cai para 74% e diminui gradativamente conforme o aumento da idade. Em relação à escolaridade, é significativa a porcentagem dos usuários que frequentam o Ensino Médio (80%) e o Ensino Superior (85%), e decai para 67% em relação aqueles que possuem o Ensino Fundamental completo. Os usuários dessas redes pertencentes às classes A e B representam, respectivamente, 82% e 81%, seguido de 76% da classe C.

Ainda, a informação política considerada qualificada continua, predominantemente, sendo fornecida pelos meios de comunicação de massa.

³ Disponível em <<http://cetic.br/tics/usuarios/2015/total-brasil/C5/>>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

Essas informações também adquirem o formato *web* (GOMES; MAIA, 2008) desmistificando, assim, a ideia de que a mídia de massa tenha o seu lugar ameaçado pela internet, como uma análise superficial ou momentânea de participantes ativos da rede poderia indicar.

Rousiley Maia sugere um aprofundamento no debate sobre as manifestações em rede no sentido de observar essas discussões por meio da perspectiva de poderem desempenhar um papel de “ensaio” e de “socialização” (GOMES; MAIA, 2008). Isso porque “o engajamento dos indivíduos em conversações políticas é importante para o processamento da informação, no sentido de ampliar o entendimento que os participantes têm sobre determinado assunto” (GOMES; MAIA, 2008, p. 205). A autora identifica a possibilidade de contribuição das pessoas para que confirmem ou reformulem suas opiniões podendo também fomentar a participação e as mobilizações públicas. Na sociedade dos *media* as discussões públicas na rede proporcionam comunicação massiva permitindo o trânsito de questões políticas e pessoais (GOMES; MAIA, 2008). Essa característica está muito presente nos discursos das redes sociais na medida em que muitos participantes trazem suas experiências pessoais para observações de cunho político, social e cultural. É importante considerar que a personalização do discurso pode empobrecer o caráter político das discussões no espaço das redes sociais. Uma das características da sociedade contemporânea é que a esfera pública está baseada na hipervalorização da intimidade (SENNETT, 1999).

A partir desse processo de comunicação massiva, por meio das possibilidades de compartilhamento e de visibilidade, muitos conteúdos podem ganhar formato de denúncia. Nesse contexto, a prática de contestar pode não significar mudança social em curto prazo como argumentam Maia e Gomes (2008), mas podem permitir algo pouco desenvolvido na história de um país como o Brasil, o exercício amplo e visível de práticas relacionadas à democracia.

2.2 O tema do reconhecimento

O filósofo Axel Honneth, ao desenvolver a teoria do reconhecimento, nos ajuda a compreender algumas perspectivas importantes para o entendimento das lutas e conflitos sociais. Honneth (2003) argumenta que a identidade dos indivíduos está diretamente associada ao mecanismo de reconhecimento na sociedade. Este mecanismo, trabalhado pelo autor, por meio de perspectivas como o amor, a justiça e a solidariedade, são fatores motivacionais de conflitos sociais quando se tornam ausentes em determinados grupos. Neste sentido, conforme Honneth, as experiências de desrespeito estão relacionadas primeiramente às vivências afetivas humanas, em seguida, à prática institucional associada à justiça que, quando identificada à exclusão de direitos, pode prejudicar a noção de autorrespeito moral. E, por último, a questão da solidariedade, que, relacionada à vivência em comunidade, estabelece a perspectiva de estima social, modo de vida e autorrealização:

(...) saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Apesar da teoria desenvolvida por Honneth não fazer referência às manifestações em mídias sociais, podemos identificar, de maneira introdutória, a temática da luta do reconhecimento como uma perspectiva que permeia muitas das subjetividades de conflitos de grupos estigmatizados moralmente.

2.2.1 Gênero e reconhecimento

O Brasil é um país com alarmantes desigualdades de gênero, uma das maiores expressões deste problema pode ser constatada por meio dos altos índices de violência contra mulher. Em 2013, o país ocupou a 5ª posição mundial representando uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes⁴. Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do

⁴ Disponível segundo dados do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

Feminicídio⁵, classificada como crime hediondo e associada às agressões letais cometidas por pessoas do âmbito familiar em razão da condição de sexo feminino das vítimas. Há críticas em relação à lei entre os membros da sociedade civil e resistências na sua aplicação. No entanto, sua criação pode ser considerada um avanço, já que a violência contra mulher continua sendo tratada por muitos veículos como “crime passionai”, inviabilizando, assim, o reconhecimento de problemas culturais e estruturais da sociedade.

A sub-representatividade das mulheres no espaço político, embora as passadas e constantes conquistas, sinaliza construções sociais consolidadas em períodos anteriores que naturalizaram papeis para homens e mulheres. A associação da mulher ao espaço privado reforça a limitação e até mesmo a sua invisibilidade no espaço público/político. Conforme indica Mary Del Priore (2006), sobre o processo de formação da cidadania no Brasil no início do século XX: “Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar” (PRIORE, 2006, p. 641).

Ainda, a associação feminina ao espaço público constantemente caracteriza-se pela atuação das mulheres em determinadas organizações da sociedade civil e na área social como em Clube de Mães e organizações da Igreja Católica (PRIORE, 2006). Priore indica a contribuição dessas articulações por denunciarem a precariedade dos serviços coletivos municipais por meio de movimentos populares:

O apoio de profissionais das primeiras áreas em que se situam as reivindicações – educadoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais – e os aportes da reflexão feminista contribuem para que o debate temático consiga a articulação de dimensões da vida social e vida social e individual antes impensável: mulheres-saúde-cidadania (PRIORE, 2006, p. 647).

No entanto, é possível identificar, assim, a constante associação da mulher a figura de “cuidadora”, ligada, por sua vez, a associação naturalizada entre mulher e maternidade ainda perpetuada em muitos segmentos da

⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

sociedade. Conforme indica Priore sobre os períodos anteriores a década de 80:

(...) Poucas vezes suas motivações limitam-se simplesmente a “ajudar a direção ou o sindicato”. Além disso, as mulheres estão conscientes de que deverão vencer dois novos desafios: no nível prático, deverão atuar nos espaços do sindicato, da empresa e da família; no nível político e cultural, deverão defender mudanças no âmbito das relações interpessoais e de gênero que são bastante diferentes nos três aspectos (PRIORE, 2006, p. 654).

A passagem da autora nos permite enxergar a forma complexa que se constitui a participação feminina nos espaços políticos e que consequentemente apresenta significativas configurações até hoje. Informações e dados revelam que uma das características da participação feminina em cargos políticos é o fato de ser proporcionalmente maior quando eleitas como prefeitas e vereadoras do que nos cargos ocupados em âmbitos estaduais e federais⁶. Isso quer dizer que a maior representatividade feminina, ainda que bastante baixa se comparada à ocupação de cargos por homens, é maior nos ambientes locais:

Assim, o ponto de partida é o presente histórico, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2013, p. 22).

Butler (2013) também nos lembra que a própria definição da categoria “mulher” passou a ser questionada no decorrer de algumas teorias feministas. A autora identifica que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2013, p. 18). A discussão a respeito do que seria de fato a categoria “mulheres” promove, em certa medida, o desmembramento do conceito de mulheres constituído em bases biológicas ou remetidas à construção de papéis sociais naturalizados. O que se sabe é que o reconhecimento na sociedade como categoria que precisa ocupar mais espaços existe de múltiplas formas à medida que identificamos nos processos históricos lutas por emancipação e reconhecimento para tomada de direitos.

⁶ Disponível em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/dados/tabelas-1>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

Hoje, muitas das reivindicações perpassam desde temas como a violência física a formas veladas e sutis de machismo e discriminação. A suposição de que as mulheres já têm garantias de direitos nos espaços institucionais da sociedade civil é comum entre aqueles que discordam da importância de temas como o feminismo e empoderamento feminino, por exemplo. Nesse sentido, a falta de reconhecimento, como processo de identificar abusos, desigualdades e injustiças cometidos institucionalmente dificulta a autonomia das mulheres e provoca a sua própria invisibilidade em muitos espaços sociais. Se não há justiça sem reconhecimento, a injustiça de gênero só pode ser reparada quando houver política e práticas culturais de reconhecimento:

Simplemente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direito e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda realização emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

2.3 Gênero, reconhecimento e redes sociais

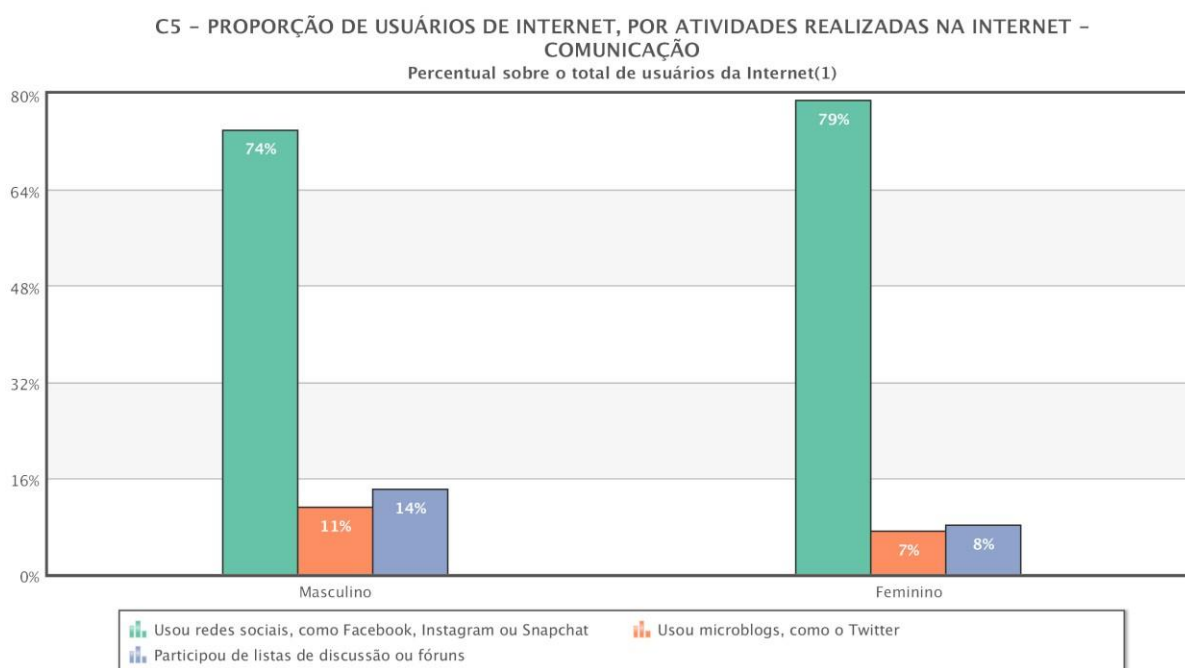
O perfil político-ideológico dos jovens que participam de manifestações em rede apresenta características em comum com marchas, ocupações e manifestações. São ativistas que não têm pertencimento permanente a um dado grupo e nem a estruturas político-partidárias⁷, ainda que estas possam estar presentes (GOHN, 2014). Ainda, como já foi citado, o perfil destes usuários é composto por estudantes de classe média, conforme também indica a autora em relação às marchas e ocupações⁸ (GOHN, 2014). A comparação é possível tendo em vista a característica das manifestações físicas dos últimos anos terem sido organizadas inicialmente em rede. O exemplo dos

⁷ Pesquisa realizada em Junho de 2013, durante os protestos ocorridos nas principais capitais brasileiras, que foram motivados, inicialmente, para contestar os aumentos na tarifa do transporte público. Dados disponíveis em <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos/>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

⁸ Dados disponíveis em <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/75-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-manifestacoes-publicas/>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

participantes das manifestações a favor do impeachment da presidente Dilma⁹ é emblemático pois caracteriza a participação de um público majoritariamente branco e com ensino superior completo. Neste caso, a maioria dos participantes tem acima de 36 anos de idade e 12% dos manifestantes declararam-se empresários.

GRÁFICO 2



Fonte: TIC Domicílios de 2015. Elaboração da Autora.

A pesquisa feita pela *TIC domicílios e usuários 2015*¹⁰ indica que o uso de microblogs, como o Twitter, e a participação em listas de discussão ou fóruns é proporcionalmente maior entre os homens. No caso dos microblogs, representam 11% contra 7% da participação feminina, e, das listas de discussões, 14% entre homens e 8% entre mulheres. No entanto, como indica o gráfico, a participação das mulheres em redes sociais como o Facebook é maior. Esse recorte indica que as mulheres, apesar do acesso à internet, ainda

⁹ Disponível em < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/03/pesquisa-aponta-perfil-elitizado-dos-manifestantes-pro-impeachment-em-sao-paulo-5110835.html> >. Acesso em 5 de novembro de 2016.

¹⁰ Disponível em: < <http://cetic.br/tics/usuarios/2015/total-brasil/C5/> >. Acesso em 26 de Outubro de 2016.

participam menos de espaços virtuais voltados propriamente à discussão e, como indica a pesquisa, se fazem mais presentes nas redes sociais onde há maior publicação de conteúdo pessoal por meio de postagens de fotos ou vídeos, como as redes sociais Instagram e Snapchat. Como o Facebook permite um trânsito maior de conteúdos pessoais, públicos e informativos, a presença das mulheres na rede combinou postagens de relatos e denúncias com questões políticas, culturais e pessoais. Assim, por meio desse fluxo, muitos conteúdos da rede identificados como feministas ganharam visibilidade.

Figura 1: Exemplo de Página Feminista no Facebook



Fonte: Elaboração da autora.

A Figura 1 indica a referência de uma página feminista e mostra o seu número de curtidores, assim como os amigos em comum dos usuários da rede que também a seguem. É interessante notar a referência que a página faz à artista mexicana Frida Kahlo, considerada uma mulher à frente de seu tempo e ícone feminista. O título *Não me Kahlo* sugere que as mulheres não devem se

calar frente às discriminações de gênero. As páginas de cunho feminista tornaram-se principal meio de divulgação/ produção de postagens de conteúdos sobre empoderamento feminino no Facebook. Conforme muito bem aponta Maia:

A internet vem sendo altamente valorizada por proporcionar recursos para que grupos expressem e atualizem suas identidades, seus valores e interesses. Em casos de grupos que sofrem de injustiça distributiva ou de exclusão simbólica, a busca por superação dos obstáculos se inicia com o esforço desses atores para definir, em seus próprios termos, a situação-problema, por meio da contestação de constrangimentos em práticas históricas, cristalizados em regras formais ou implícitos em convenções culturais da sociedade (GOMES; MAIA, 2008, p. 337).

A passagem da autora contextualiza a situação das mulheres em condições de discriminação e desigualdade tendo, assim, o espaço da rede para se expressarem.

A contestação de padrões culturais e a possibilidade de trazer experiências do particular para exposição pública promovem o compartilhamento e o reconhecimento de problemas. Neste sentido, as redes sociais atuam de modo que situações de desrespeito são publicizadas. A experiência da injustiça é relacionada à formação identitária (HONNETH, 2003), que é dependente das relações de reconhecimento mútuo:

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa imputável (HONNETH, 2003, p. 197).

As discussões na esfera informal mobilizam questões importantes visto que somente a ação de partidos políticos e eleições periódicas não são suficientes para assegurar processo democrático (GOMES; MAIA, 2008). As mulheres enquanto atores da sociedade civil sinalizam, nestes espaços, a importância de expressar opiniões e conduzir questionamentos por meio de ações individuais e coletivas.

No entanto, nem só de conteúdos igualitários ou revolucionários vive a internet: “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser

expressa” (GOMES; MAIA, 2008). Assim, há também na rede grande propagação de discursos conservadores e antidemocráticos entre os usuários, os quais geram muitos debates e discussões.

Quando o debate é ampliado, há maiores chances para se alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva (GOMES; MAIA, 2008). No entanto, isso não significa que conflitos se tornem mais fáceis de ser resolvidos. Como indica Maia,

Garantir que um maior número de visões esteja presente em um debate público eficaz requer que um alto nível de participação seja mantido. Isso significa não necessariamente um alto nível de ativismo político, mas de interesse político (GOMES; MAIA, 2008).

Ainda, como vimos, há predominância de um perfil nos debates em redes sociais que não representa os que são pertencentes às classes mais baixas. E, também, existe tanto o interesse quanto o desinteresse por questões políticas e deliberativas entre as pessoas; assim, a rede por si só não cumpre papéis fundamentais da comunicação (GOMES; MAIA, 2008), mas fornece aparatos que permitem em certa medida tais desmembramentos. As análises seguintes também representarão o recorte aqui demonstrado. Assim, considero indispensável, apesar de não ser objeto de atenção desta pesquisa, à atenção àqueles que sofrem de semelhantes discriminações e, que, no entanto, não participam de redes sociais.

3 ANÁLISE DA HASHTAG #MEUAMIGOSECRETO: REPERCUSSÃO NO FACEBOOK

Em novembro de 2015 as redes sociais foram contempladas com um significativo exemplo de pulverização de conteúdo feminista, que se deu por meio da disseminação da *hashtag* #MeuAmigoSecreto. Inspiradas em relatos de usuárias da rede e fazendo menção às festas de final de ano que se aproximavam, um grupo formado por jovens mulheres lançaram a *hashtag* que fazia alusão à brincadeira de amigo oculto e ao mesmo tempo denunciavam práticas machistas: “Ainda que tais demonstrações operem com alto grau de teatralidade, com estratégias de dramatização e de apelo emocional, elas rompem com a invisibilidade no circuito dos *media* e criam novas possibilidades de expressão”. (GOMES; MAIA, 2008). Assim, o episódio acabou se tornando uma rede de denúncias, públicas e anônimas, adquirindo ampla proporção nas redes sociais.

A primeira utilização da *hashtag* #MeuAmigoSecreto se deu na conta do *Twitter*¹¹ das jovens e veio acompanhada do texto “Meu amigo secreto diz que aborto é assassinato, mas pediu para a namorada abortar quando engravidou” – este *tweet*¹² deu sequência a outros e em seguida foram sendo compartilhados na página do Facebook dessas mesmas jovens, intitulada *Não Me Kahlo*¹³. Após a publicação dos *tweets* pelas autoras, seguidoras da página começaram a enviar suas histórias e, no dia seguinte, após a primeira postagem, milhares de mulheres estavam compartilhando seus relatos¹⁴.

¹¹ Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p. 100): “*Twitter* é uma ferramenta de comunicação mediada pelo computador, mas tem condições diferentes das demais. Ele funciona em uma estrutura de rede, gerada pelas conexões entre seguidos e seguidores, formando canais de informação em rede, por onde os *tweets* circulam e são repassados”.

¹² *Tweet* é o nome utilizado para designar as publicações feitas na rede social do Twitter.

¹³ Página disponível em <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Acesso em 22 de Junho de 2016.

¹⁴ Jornal **O Globo**. “Sofremos opressões todos os dias”, dizem criadoras da ação #MeuAmigoSecreto. Matéria realizada pela jornalista Marina Cohen. Divulgada em 26 de Novembro de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/sofremos-opressoes-todos-os-dias-dizem-criadoras-da-acao-meuamigosecreto-18146174>> Acesso em 22 de Junho de 2016.

No campo de busca do Facebook digitei #MeuAmigoSecreto e obtive inúmeras imagens com notícias veiculadas sobre a ação da *hashtag*, a maioria divulgada no mês de novembro de 2015.

Figura 2: Exemplo de imagens capturadas após a pesquisa da hashtag #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook



Fonte: Elaboração da Autora.

A Figura 2¹⁵ representa o principal tipo de disseminação da *hashtag* #MeuAmigoSecreto: muitas usuárias da rede utilizaram-se desse modelo de publicação em seus perfis para redigir seus relatos e denúncias, fazendo com que ganhassem ampla repercussão. A imagem reúne a postagem de uma usuária da rede, que pelo número de curtidas indica que a autora tem um número consideravelmente elevado de seguidores¹⁶ no seu respectivo perfil do Facebook. O fragmento é oriundo de um perfil pessoal e, como está no modo público, é possível que qualquer usuário da rede social visualize, curta, comente e compartilhe a publicação. É possível notar, nas postagens, denúncias referentes a formas veladas e físicas de violência, questionamentos sobre padrões de beleza, assim como questões pessoais da usuária. Visivelmente, as denúncias sobre atos cometidos por homens prevalecem.

Nos comentários da postagem é possível notar diferentes reações entre usuários do Facebook que comentaram a publicação. Desde pessoas que não entenderam inicialmente a ação da *hashtag*, aquelas que de maneira irônica deboçaram do movimento, assim como as que explicaram o que era a *hashtag* #MeuAmigoSecreto.

Pesquisas empíricas têm demonstrado que as normas sociais podem regular a natureza das discussões e, assim, reduzir, a probabilidade de os participantes se engajarem numa discussão abertamente contestatória. (...) No entanto, eles raramente se engajam numa argumentação e contra-argumentação rigorosa e sistemática, tal como ocorre em fóruns formais de discussão. A discussão aberta em torno de questões sensíveis – quando o parceiro da interlocução reconhece o conteúdo da fala como preconceito, exploração ou injustiça – pode facilmente levar a rupturas abruptas na troca comunicativa e dar lugar a formas comunicativas rudes, marcadas pelo ódio e pela animosidade (GOMES; MAIA, 2008, p. 207).

¹⁵ O nome das autoras das postagens foi apagado para preservar, neste trabalho, a privacidade das usuárias.

¹⁶ A usuária tem aproximadamente 12 mil seguidores.

Figura 3: Exemplo de imagens capturadas após a pesquisa da hashtag #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook



A figura 3 sinaliza uma publicação postada por uma usuária negra da rede social, que por meio de um relato bastante pessoal indica a não preferência por mulheres negras em relacionamentos, revelando também a problematização de temas como racismo, bastante presente nas redes sociais. O uso da *hashtag* foi voltado a um relato especificamente pessoal que também denuncia a complexidade de um problema com raízes históricas e culturais no país. Assim, como não existem formas únicas e singulares de opressão, Butler completa:

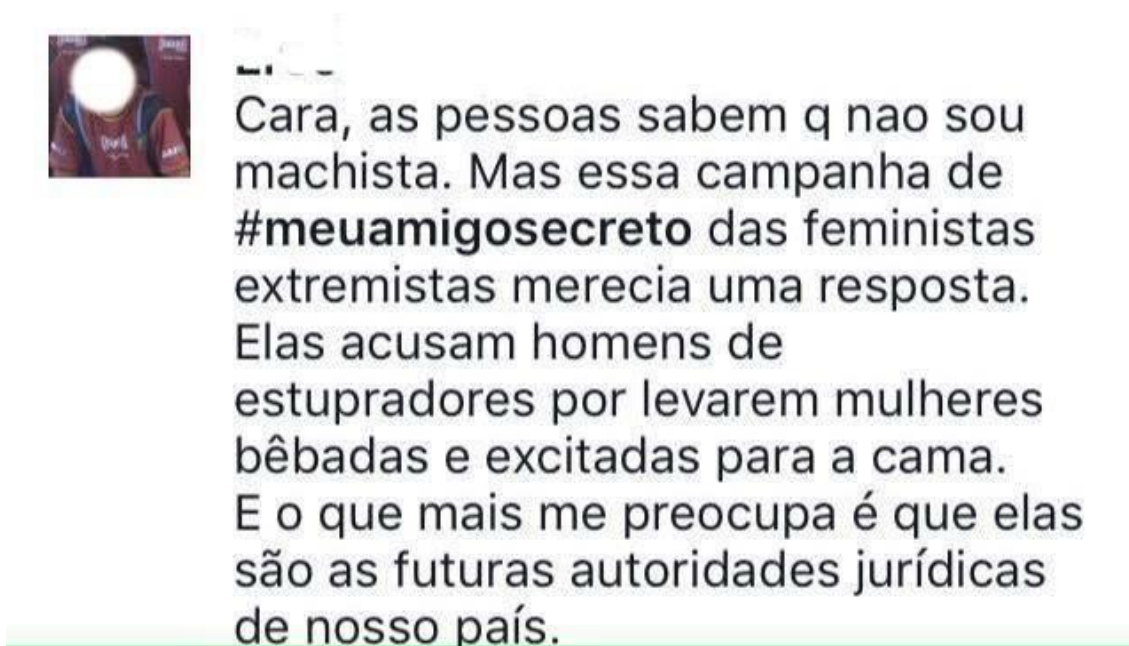
(...) e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais e identidade discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (BUTLER, 2013, p. 20).

Nos comentários observamos uma maior manifestação de apoio entre as usuárias, a maioria delas também negras. A questão das mulheres negras não pode ser compreendida nos mesmos moldes das mulheres brancas, pois há características ainda hoje perpetuadas pela condição histórica destas mulheres que não podem ser resumidas simplesmente à questão de gênero (DAVIS, 2013).

O sistema da escravidão define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador "as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa". Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia (DAVIS, 2013, p. 10).

As figuras 2 e 3 revelam que a tradução de experiências do particular para o geral e do institucional para o civil permite a contestação pública de sofrimentos e de danos comuns; sendo assim, a definição dos problemas e as reivindicações elaboradas por um dado ator coletivo, neste caso as mulheres, precisam ser reconhecidas pelo restante da sociedade (GOMES; MAIA, 2008).

Figura 4: Exemplo de imagem capturada após a pesquisa da hashtag #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook



A Figura 4 é uma publicação feita por um homem usuário do Facebook e aponta para a generalização de que as publicações são ações de feministas extremistas. Também o autor mostra preocupação com o fato de futuras autoridades jurídicas serem estas mesmas mulheres e dá a entender que a opinião delas está equivocada por reconhecerem que sexo sem consentimento é estupro. Ainda, aponta que não se considera machista, mas acredita que a ação movimentada e veiculada principalmente por mulheres merecia uma resposta, neste caso, de repreensão e desaprovação. Assim, a imagem, em uma descrição de poucas linhas, permite notar que mesmo aqueles que se defendem dizendo que não são machistas proferem discursos que demonstram exatamente o contrário. Mais uma vez, o machismo institucionalizado e cultural permeia a sociedade em diversos segmentos apontando para a precariedade do entendimento de questões básicas sobre reconhecimento e respeito.

Críticos têm demonstrado que, quanto mais aberto e livre o debate, menos provável é que se chegue a um entendimento final. No debate, há uma enorme variedade de opiniões que permanecem sem acordo. Entramos no debate, possuindo um conjunto de opiniões, e dela saímos com o mesmo conjunto de opiniões. Muitas vezes, não gostamos de mudar nosso ponto de vista imediatamente, numa situação de troca argumentativa. Contudo, o processo de reavaliação de nossas próprias posições ocorre, com maior frequência, nos intervalos *entre* os debates, do que propriamente *nos* próprios debates (GOMES; MAIA, 2008, p. 290).

Figura 5: Exemplo de imagem capturada após a pesquisa da *hashtag* #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook



Fonte: Elaboração da autora.

Representantes políticas também se manifestaram em suas páginas do Facebook, conforme indica a primeira postagem da imagem. A página *HuffPost Brasil*¹⁷ autodenomina-se como um jornal digital que se posiciona abertamente diante de suas matérias. Sendo caracterizado por compartilhar conteúdos sobre política e atualidades, utilizou a imagem de Luciana Genro, política brasileira que teve bastante visibilidade nas redes sociais nos últimos anos em função de sua candidatura à presidência do país no ano de 2014 e recente candidata à prefeita da cidade de Porto Alegre. A segunda postagem faz uma breve descrição do que seria a ação da *hashtag* e utiliza e a relaciona com a imagem de um protesto físico encaminhado pelas mulheres. Assim, a página

¹⁷ Página do Facebook disponível em: <<https://www.facebook.com/HuffPostBrasil/?fref=ts>>. Acesso em 5 de Novembro de 2016.

*Sul 21*¹⁸, que abertamente se posiciona como de esquerda e que aborda principalmente questões deliberativas, fez referência à disseminação do ocorrido com elementos reivindicatórios, tanto no uso da imagem utilizada quanto na chamada da postagem ao utilizar-se do termo “indiretas políticas”. É interessante notar que páginas não vinculadas a grandes veículos de comunicação como estas permitem maior associação a elementos de fato políticos na publicação de suas postagens.

Figura 6: Exemplo de imagem capturada após a pesquisa da hashtag #MeuAmigoSecreto no campo de busca do Facebook



Fonte: Elaboração da autora.

A Figura 6 mostra o exemplo de uma postagem da página online de um dos principais jornais impressos do Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora*. A

¹⁸ Página do Facebook disponível em: <<https://www.facebook.com/Jornal.Sul21/?fref=ts>>. Acesso em 5 de Novembro de 2016.

publicação da reportagem¹⁹ faz referência às publicações de cunho feminista transcorridas durante o ano de 2015, utilizando, também, a imagem e a fala da atriz norte-americana Reese Witherspoon. É interessante notar que a publicação da matéria é procedente de uma parte do jornal destinada ao público feminino, intitulada *Revista Donna*. Os conteúdos desta seção constituem-se principalmente em matérias sobre moda, beleza e comportamento que seguidamente fazem referências a mulheres famosas. Não surpreende que num jornal tipicamente voltado a interesses de classes mais altas, a divulgação de uma reportagem sobre ação ocorrida no Brasil utilize como referência a imagem de uma mulher famosa, branca e estrangeira.

A publicação feita por mídias convencionais pode levar à ideia de que a ampla visibilidade de certos conteúdos pode estar relacionada diretamente a algo positivo. Ainda que muitos dos conteúdos sejam produzidos pelas usuárias de redes sociais, é preciso ter atenção às publicações das mídias de massa, já que muitas vezes sustentam e divulgam conteúdos antidemocráticos (GOMES; MAIA, 2008) por terem a atividade comercial como principal função:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2013, p. 19).

Esta passagem de Butler nos permite refletir sobre como alguns meios fazem uso de perspectivas feministas a fim de possibilitar o maior número de mulheres que se sintam representadas por grandes empresas: “Quanto mais um jornal estende sua difusão, mais caminha para assuntos-ônibus que não levantam problemas. Constrói-se o objeto de acordo com as categorias de percepção do receptor” (BOURDIEU, 1997, p. 63). Não significa dizer que o conteúdo publicado na matéria não é passível de problematização, mas a forma como foi anunciado torna o assunto menos politizado. A escolha da imagem de uma mulher que se enquadra em padrões massivos de comercialização, assim como a própria frase fazendo referência a vestidos, pouco representa discussões mais profundas e democráticas sobre

¹⁹ Reportagem completa em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/comportamento-2/o-ano-do-empoderamento-e-das-hashtags-feministas/>>. Acesso em 1º de Novembro de 2016.

empoderamento feminino: “Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente ‘estratégicos’, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam” (BUTLER, 2013, p. 22).

Figura 7: Exemplo de publicação da *hashtag* #MeuAmigoSecreto em página feminista



Fonte: Elaboração da autora.

Na Figura 7 é possível observar que a publicação da página²⁰ fez edições a partir da postagem de uma usuária do Facebook. Na imagem consta uma espécie de logotipo da página, assim como alterações no plano de fundo. Na publicação, a autora faz referência ao fato de as manifestações da *hashtag*

²⁰ Página disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/?fref=ts>>. Acesso em 22 de Junho de 2016.

#MeuAmigoSecreto terem sido noticiadas²¹ em um programa de TV aberta da Rede Globo. Em seguida, a autora da postagem faz referência ao aumento do número de denúncias na Central de Atendimento à Mulher, também conhecido como Ligue 180²². Nesta imagem temos o exemplo de elementos que considero fundamentais para o entendimento da pesquisa. Primeiro, porque se refere ao compartilhamento de uma página de cunho feminista, que assim como a página *Não Me Kahlo*, que foi a primeira a divulgar a *hashtag*, apresenta uma das principais plataformas de discussão de questões como empoderamento feminino, igualdade de gênero, violência doméstica etc. E, segundo, porque traz no conteúdo da imagem um exemplo de repercussão de manifestações iniciadas nas redes sociais e transmitida na mídia televisiva.

Ainda, as Figuras 6 e 7 exemplificam a repercussão nas mídias de massa de conteúdos produzidos em *rede* e permitem observar como a internet também surge como mais uma oportunidade de visibilidade para esses meios (GOMES; MAIA, 2008).

²¹ Vídeo da reportagem disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4642906/>> Acesso em 1º de Novembro de 2016.

²² Informações disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/conheca-o-ligue-180-que-em-2015-recebeu-179-denuncias-por-dia-de-agressao-contra-mulheres>> Acesso em 1º de Novembro de 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe, muitas são as perspectivas a serem analisadas quando se trabalha com o tema das mídias digitais. A variedade de informações e atores sociais na rede permitem muitos objetos de análise assim como de interpretação. Desse modo, identifico que a observação do meio virtual enquanto plataforma também de contestação e visibilidade de determinados grupos não permite conclusões universalizantes ou que possam prever mudanças pontuais de curto prazo. A vasta quantidade de dados e informações surgiu como um desafio para esta pesquisa. A utilização de certos recortes em detrimento de outros buscam, assim, contemplar parte de um discurso proferido e suas possíveis ramificações.

A visibilidade de certos discursos e, conseqüentemente, de problemas sociais, sugere que a representatividade feminina ganha formato relevante nesses espaços ao fazer uso de relatos das usuárias da *rede* e de analisar interpretativamente casos veiculados por demais sujeitos da realidade empírica. A possibilidade de maior identificação e reconhecimento de problemas enfrentados pelas mulheres por meio dos discursos produzidos pelas mesmas revela-se como algo pouco consolidado em um país desigual como o Brasil.

“Quando um debate é ampliado, há maiores chances para se alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva” (GOMES; MAIA, 2008, p. 191). Partindo desta premissa, por meio da visibilidade das falas dos atores sociais da sociedade civil proporcionada pelas redes, considero relevante a indagação sobre a possibilidade de prever uma mudança cultural a longo prazo. O efeito de diluição dessas ações em rede acontece de maneira muito rápida e surgiu como um desafio para esta pesquisa, portanto, a técnica aplicada para a coleta condicionou de forma decisiva para os resultados apresentados.

A possibilidade de rompimento da invisibilidade proposta pelas redes sociais indica novas perspectivas de expressão mediante a tematização de situações-problema da sociedade civil (GOMES; MAIA, 2008). As mulheres, nesse contexto, jovens estudantes, se voltam a um discurso voltado para superação de desigualdades geradas por fatores culturais e históricos e, conseqüentemente,

institucionalizados. Ao mesmo tempo, não é incomum encontrar em meios de comunicação de massa a representação de figuras femininas em moldes conservadores. É importante lembrar, assim como foi trazido neste trabalho, que a própria noção de esfera pública vem sendo remodelada e é característica deste processo a circulação de informações entre mídias convencionais e outras mídias.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2013, p. 18).

De modo que a realidade circunscrita a mecanismos que envolvem relações comerciais que constantemente fazem parte das nossas atuações enquanto sujeitos, os conteúdos formulados por atores comuns da sociedade civil, quando difundidos por meios massivos de comunicação, permitem inquietantes questionamentos. No entanto, aponto que é mais vantajosa a visibilidade ampla de pautas igualitárias do que a invisibilidade de temas pertinentes. Assim, institui-se mais um desafio para o desenvolvimento da consciência crítica.

Ainda, futuras pesquisas poderiam aprofundar o debate sobre gênero nas redes sociais. Assim como uma análise mais aprofundada dos comentários proferidos pelos usuários das redes e até mesmo a realização de entrevistas com as líderes produtoras de conteúdo. De modo que são muitas as formas de representação e também de não representação das mulheres em diferentes espaços digitais, pesquisas mais detalhadas sobre os motivos pelos quais as mulheres se fazem mais presentes em determinadas redes sociais poderiam ter colaborado para desenvolver melhor alguns aspectos apresentados nesta monografia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, B. C. Carolina. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Dossiê: Percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades. **Cadernos Pagu**. São Paulo, v. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V 1.

_____. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Wilson. Esfera pública e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antônio Albino C.; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (orgs.). **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GOMES, Wilson; MAIA, C. M. Rousiley. **Comunicação e democracia:** Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. **Matrizes.** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2014.

HJARVARD, S. Mediação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes.** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSENFELD, L. C; SAAVEDRA, A. G. Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento. **Sociologias,** Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 14-53, mai./ago 2013.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público:** as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

